

COMBATES E PLANEJAMENTOS EM UMA CIDADE OBJETIVADA: PONTA GROSSA (PR) COMO NOTÍCIA NO *DIARIO DOS CAMPOS* - 1910-1923

COMBAT AND PLANNING IN AN OBJECTIFIED TOWN: PONTA GROSSA (BRAZIL) IN *THE DIARIO DOS CAMPOS* - 1910-1923

Felipe Simão Pontes¹
Sergio Luiz Gadini²

Envio: 04 mar. 2012.

Aceitação: 15 mar. 2012.

RESUMO

O texto apresenta um estudo conjugado do jornalismo, história e discurso com o objetivo de perceber como a cidade de Ponta Grossa (PR) é noticiada pelo jornal *Diario dos Campos* de 1910 a 1923. Para isso, traz os diferentes modos de objetivação da cidade pelo jornal, seja pela forma de combate ou sob o viés da construção de espaços públicos. Nota-se como o jornal localiza os fatos problemáticos, lança seu alerta à população e às autoridades e propõe soluções. O periódico também lança um olhar moral sobre a cidade, combatendo espaços de criminalização, prostituição e jogo, cumprindo o papel de vigilante dos bons costumes e da formação de um povo disciplinado. Busca-se, assim, entender aspectos históricos da prática jornalística, bem como nuances de como era a cidade e o país, quais os conceitos e ideias na moda, o processo de engajamento e valorização da imprensa e, principalmente, o papel do jornal enquanto fonte não só para análises de outros objetos, mas do próprio jornalismo enquanto saber.

Palavras-chave: Prática jornalística. Ponta Grossa (PR). *Diario dos Campos*. Espaços urbanos.

ABSTRACT

This paper associates journalism, history and discourse in order to understand how the city of Ponta Grossa (PR) is reported by the newspaper *Diario dos Campos*, from 1910 to 1923. The different forms of objectification of the city by the newspaper, either in the form of combat or the construction of public spaces are presented. It is observed how the newspaper finds problems, warns the population and authorities and proposes solutions. The newspaper also looks at the city with moralistic eyes, fighting criminalization, prostitution and the gambling, fulfilling the watchdog role of morals and the formation of disciplined people. The aim is of the study is to understand the historical aspects of journalistic practice, as well as nuances of the

¹ Doutorando em sociologia política pela UFSC, mestre em jornalismo pela UFSC e jornalista pela UEPG. <felipe271184@yahoo.com.br>

² Doutor em comunicação pela Unisinos e professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa. <sergiogadini@yahoo.com.br>

city and the country, the concepts and ideas of the period studied, the process of engagement and appreciation of the press and especially the role of the newspaper not only as a source of analysis of other objects, but of journalism as knowledge.

Keywords: Journalistic practice. Ponta Grossa (Brazil). *Diario dos Campos* (newspaper). Urban spaces.

O jornal é o *espaço* em que acontecimentos, regularidades, relacionamentos e mudanças entram em conflito, provocam, registram, interferem. O jornal é capaz de afetar, incitar, causar ações e reações e, ao mesmo tempo, ser afetado por discursos que permanecem em seu limiar e lhe propõem escolhas que definirão o resultado de sua produção. Considere-se que os jornais possuem uma discursividade, remetendo ao conjunto de referências que tornaram possível a produção de notícias.

Este texto apresenta como o jornal *Diario dos Campos*, de Ponta Grossa (PR) trata homens e mulheres e os espaços urbanos da cidade no início do século XX. Principalmente, como os lugares são alvos do esquadramento de poder e saber, com denúncias de espaços a serem evitados e extirpados da cidade e a valorização de reformas que a embelezariam e dariam a ela o *status* de moderna e civilizada.

O artigo insinua, primeiramente, uma discussão teórica acerca da constituição da cidade como objeto do saber jornalístico. Em seguida, contextualiza o processo de reformas urbanas e os discursos que imbuíam a produção jornalística nacional. Por fim, apresenta aspectos de uma cidade a se combater, com críticas a casas de taboagem, de prostituição, bares e regiões de alta incidência de violência e de uma cidade a se construir, com o planejamento de vias urbanas, parques e prédios.

A cidade como objeto de um saber jornalístico

Existe uma diferença que é preciso ressaltar logo de início: quando se fala em *objeto*, tende-se a colocá-lo como o primeiro motor de uma análise, o princípio. Por exemplo, olhar as pessoas da época, discutir os atos políticos, os pressupostos econômicos que norteiam as considerações sobre a cidade e condicioná-los como determinantes de uma prática jornalística. Todavia, antes que os objetos determinem as práticas, a prática determina os objetos. Para

Veyne (1998), parte-se antes dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplica só seja o que é relativamente a ela (no sentido de que um fato só é noticiado porque alguém o selecionou como interessante e o contou nas páginas de um jornal). Tomando o interesse do texto, se existe uma cidade problemática, moderna ou desenvolvida noticiada por um jornal, é porque essas classificações estão em relação com a prática desse jornal. Veyne diz que “o objeto não é senão o correlato da prática”:

Tudo gira em volta desse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: *o que é feito*, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer*, em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o *fazer*, a prática, se explica a partir do que é feito. (VEYNE, 1998, p. 257, grifos do autor).

O conceito de *prática* é o mesmo dado ao de *discurso*, pois, como Veyne aponta, “a prática é natural para designar o que é exercido, assim como o discurso designa o que é dito” (1998, p. 252). Portanto, o discurso não é algo misterioso, diferente daquilo que se lê no jornal: é preciso observar o que é dito. O que Veyne destaca é que “a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes” (1998, p. 252).

Se o jornal é a parte emersa, assim como os personagens que ele objetiva, a prática não é algo diferente. A prática, como um *iceberg*, possui sua parte emersa e sua região submersa. Não é preciso buscar em outras áreas, como o direito, a economia ou a política, justificativas para o funcionamento do jornal. A região submersa não é diferente da emersa: é tudo gelo. É no fazer, buscando as práticas que se manifestam no jornal, que homens e mulheres e toda uma série de objetivações do cotidiano indicam a materialização jornalística em um dispositivo de análise - no caso, o próprio jornal.

Verón afirma que “o caráter de um objeto implica reconhecer que este é inseparável do dispositivo que permite observá-lo” (VERÓN *apud*

STEIMBERGER 2005, p. 85). Portanto, a cidade estudada por meio do *Diário dos Campos* está registrada na história conforme esse mesmo jornal, suas identidades são vistas a partir da identidade dada por ele, suas condutas são conforme os princípios defendidos pelo veículo. As pessoas e a cidade servem para o estudo do jornalismo como resultado de uma prática que é exercida e, por isso, deixa marcas. Prática essa que possibilita a emergência de diferentes objetos e, o que interessa aqui, nuances de homens e mulheres em uma cidade que se desenvolve a partir do início do século XX.

É visto que o jornal é produto de toda a vida social e, por isso, não está livre das implicações decorrentes de sua época e do momento histórico em que está inserido. Contudo, com base em Braga (1995, p. 159-162), a análise dos enunciados jornalísticos não serve apenas como aproximação de objetos outros, como problemas políticos, sociais, humanos, econômicos referidos no produto, nem são “comentários” à parte que se agregam ou complementam uma situação fora de toda a fala. Ao contrário, tais enunciados são constitutivos da situação social que recriam e se materializam no produto jornal. Nesse sentido, como aponta Woitowicz, “as notícias e os fatos devem ser encarados como situações plenas de significação, que adquirem sentido através do modo como são representadas, produzidas e repercutidas” (WOITOWICZ, 2003, p. 22).

O *Diário dos Campos*, em seu exercício diário de contar o cotidiano de Ponta Grossa,³ objetiva uma cidade que precisa se livrar dos seus problemas, estabelecer metas de crescimento e lutar pelo progresso e a civilização de seu povo. O jornal mapeia tudo que possa empanar tal propósito: aspectos urbanos como água, esgoto, higiene, falta de calçamento, de profilaxia de doenças, de segurança, lugares que não condizem com a ideia de cidade moderna. Percebe-se que o objetivo do jornal é traçar um tipo de cidade com hábitos modernos, com energia elétrica, água e esgoto, praças, jardins, cinemas, contribuindo para a formação de opinião pública ordeira e com um modo de pensar essencialmente positivo.

No papel de aplicar um exame sobre a cidade, o jornal relega lugares no discurso nos quais funcionam dispositivos de disciplina e controle em que objetos são subsumidos e redimensionados para dentro de uma construção referencial. A cidade e as pessoas, presentes no jornal, ganham ritmos, traços, contornos que delineiam sentidos por meio das diferentes formas com que o jornal designa e nomeia situações e seus protagonistas. Nessa perspectiva, Gomes diz que “nomear é isolar campos, é instrumento não de representar o mundo como ele é, mas de recortar” (GOMES, 2003, p. 20). No seu papel de criticar, denunciar, vigiar e apelar à Justiça, o jornal nomeia, classifica e ordena homens, mulheres e espaços urbanos e, por isso, arranca-lhes parte das características e os institui em um outro espaço de existência. Como continua Gomes, “o objeto, em sua objetivação, assujeita-se à nomeação”.⁴ Frisa-se, então, que o conjunto das nomeações tem como efeito o desenho do mundo a ser visto, ou seja, o modo de encarar os homens, as mulheres e a cidade de Ponta Grossa.

Com base em Foucault (2005a), ao nomear, classificar e ordenar esses objetos, o jornal estabelece grades de especificação: os diferentes tipos sociais, as características do “homem civilizado” em relação ao selvagem, ao criminoso, à prostituta, ao jogador, ao louco; a cidade ideal em relação à cidade real, problemas, reclamações, impressões de viajantes e proposições de melhorias. O jornal dispõe de superfícies de emergência capazes de potencializar a descrição, a opinião e a formação de juízos, estabelecendo-se como dispositivo para que as classificações e objetivações sobre a cidade e o homem precipitem-se nas suas páginas. As superfícies de emergência se dariam, portanto, a partir de conceitos familiares, de disposições judiciais, do movimento higienista, das proposições arquitetônicas das reformas urbanas, da ideia de organismo social, da disciplina dos corpos, das celebrações e festas, das disposições religiosas etc. Isso só é possível por causa da ação do jornal enquanto holofote do coletivo, iluminando diferentes

³ Ponta Grossa, uma cidade do interior do estado do Paraná, localizada nos Campos Gerais (cerca de cem quilômetros de Curitiba) e fundada em 1823, vislumbra a saída de bucólico vilarejo para um centro urbano na instalação da Estrada de Ferro Paranaense (1893) e da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1896). A cidade abriga a estação central da ferrovia São Paulo-Rio Grande, tornando-se um dos principais entrepostos comerciais do Brasil na primeira metade do século XX.

⁴ Importante lembrar que, conforme Foucault (2005a, p. 54-55), o discurso não se restringe ao ato de nomear as coisas, mas, para além dessa característica fundadora do signo, designa um cruzamento de funções que se materializam na emersão de um objeto. Essa característica está relacionada com o potencial enunciativo de causar sentido em determinado espaço e época. Um nome não significa um enunciado, mas os atos de nomear, classificar e ordenar, em diferentes situações acidentais e conjugados à trama social, permitem que os enunciados sejam mapeáveis.

regiões de interesse, dando visibilidade a determinados fatos e perspectivas em detrimento de outros.

A emersão dos objetos da prática jornalística envolve diferentes nuances de *saber jornalístico* que obtêm do cotidiano fatos de interesse coletivo e reimprimem nesses fatos sua própria estrutura, relegando ao objeto empírico jornal um pouco de fato e um pouco de jornalismo. Se a cidade e seus personagens emergem desse jornal como objetos de conhecimento social e jornalístico, estudá-los por este ponto de vista possibilita enxergar uma prática que se exerce e atravessa corpos e lugares que passam a ser conhecidos para a história. O que o jornal conta sobre Ponta Grossa e as pessoas é o que sobrevive no tempo. Sem dúvida, um arquivo da cidade e do próprio jornalismo.

A construção de espaços urbanos nos espaços do jornal

Aires d'Ávila chegou mesmo a escrever um artigo mostrando a necessidade de ruas largas para diminuir a prostituição e o crime e desenvolver a inteligência nacional.

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre os terrenos. Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra.

Lima Barreto

Existe uma ligação entre a arquitetura e a engenharia de uma cidade e a organização da sociedade que a atravessa. Como exemplifica o trabalho de Coulanges (2005) sobre Roma e as cidades-Estado gregas, a formação das cidades se dá pela fundamentação da moral e dos costumes. As diversas maneiras de diferenciar o certo do errado, de se estabelecerem os protocolos de conduta, de se constituir um Estado e

suas instituições, e de pensar diferentes pessoas dispostas a conviver em espaços comuns interferem no modo como a sociedade constrói suas cidades. Imensos prédios de justiça, os palácios presidenciais e de imperadores, a determinação de lugares para abrigar cultura e arte como museus e galerias, a instituição de escolas e universidades para disciplinar, de prisões para punir, de hospitais para curar, de manicômios para isolar, de praças para o convívio social, de cinemas, teatros, danceterias para se divertir etc. Uma sociedade dispõe seus espaços e eles possuem uma maneira particular de transmitir os discursos que constituem determinados momentos e lugares da história.

Um jornal também é produto do lugar em que surge. Os diversos discursos materializam suas concepções por meio da coparticipação do jornal enquanto representante desse “nós” moral que rege as condutas e participa da construção das cidades. O jornal ainda tem por função pensar a cidade em que está inserido e dispor de ideias e concepções urbanísticas que sejam aceitas pelo público leitor e atestadas/influenciadas pelos demais campos, dos quais a imprensa não se desliga. Um periódico é concebido, por isso, como um espaço de discussão e planejamento da disposição urbana das cidades, mapeando prédios condenados ou sem higiene, reclamando de lugares de infecção e proliferação de doenças, solicitando o calçamento de vias públicas, incitando campanha pelo ajardinamento e embelezamento da cidade, combatendo lugares indesejados e imorais.

No Brasil, diferentes espaços são construídos ao longo de sua história. No período colonial e imperial, existem as casas-grandes, com espaços determinados e funções específicas (cozinha, quarto, banheiro, sala, varanda), e a senzala, como espaço coletivo e único. Essas divisões ou a ausência delas se mantêm após a libertação dos escravos, destacando-se os centros urbanos para onde os negros migram. Existem, por exemplo, os cortiços e pensões que João do Rio visita e chama de *zunga*: ali dormem, em um cômodo, ao menos 80 pessoas, muitas nuas, com um cheiro que perturba o repórter:

Completamente nua, a sala podia conter 30 pessoas, à vontade, e tinha pelo menos 80 nas velhas esteiras atiradas ao soalho.

Os fregueses dormiam todos uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro,

outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros. Erguendo a vela, o encarregado explicava que ali o pessoal estava muito bem, e no palor em halo da luz que ele erguia, eu via pés disformes, mãos de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças numa estranha lassidão galeria trágica de cabeças embrutecidas, congestionadas, bufando de boca aberta... De vez em quando um braço erguia-se no espaço, tombava; faces, em que mais de perto o raio de luz batia, tinham tremores súbitos – e todos roncavam, afogados em sono. (RIO, s/d, p. 74).

Marins explica que as capitais brasileiras no início do século XX trazem consigo “construções instáveis, cortiços e pensões baratas, ruas estreitas e difusas, sujeira e falta de higiene, consolidando uma herança do período colonial e imperial exacerbado pela migração dos negros recém-libertos e imigração de estrangeiros pobres” (MARINS, 2004, p. 132). Em oposição a esse tipo de cidade, proliferam os palacetes dos barões do café e dos industriais e comerciantes, representando o luxo e a imponência dignos das altas classes francesas ou britânicas, com ruas largas, ajardinadas e praças de convívio público. É esta última imagem que as cidades brasileiras precisam manter em detrimento da primeira. É nos ambientes voltados para a civilização que a sociedade mostra seu poder de organização e o progresso moral e intelectual do seu povo. Em contrapartida, os lugarejos, os cortiços, os prédios de engenharia “duvidosa”, as ruas estreitas em que mal cabe um coche, as casas sem divisórias e sem divisão com os vizinhos depreciam, são sinais de atraso e incomodam a todos que querem comparar as cidades brasileiras com Paris, Londres ou Buenos Aires.

A revolta do Estado contra a pobreza, patrocinado pelos urbanistas, os arquitetos, os engenheiros, a vigilância sanitária e a classe alta tem como marco referencial a chamada Revolta da Vacina. Segundo Carvalho (1997, p. 91-139), esta revolta acontece por causa da repressão violenta exercida pelos reformadores para obrigar muitos moradores do Rio de Janeiro a se vacinarem e pela expulsão de várias famílias dos cortiços e pensões, com a destruição desses prédios associada à especulação do espaço urbano. Como Hausmann fez em Paris, o prefeito Pereira Passos comanda um verdadeiro “arrastão” no Centro do Rio, expulsando as pessoas pobres das

regiões nobres, alargando ruas e estabelecendo protocolos de vestimenta e cumprimentos para passar por essas regiões. As pessoas pobres, os ociosos, as prostitutas não podem circular por certas ruas. Está decretada a segregação. Se antes palacetes e casebres dividem muros, agora existem lugares para palacetes e lugares para casebres. Os expulsos da região central carioca dirigem-se para os morros e, sem o recebimento de qualquer indenização, montam suas moradias com os restos da demolição de suas antigas casas. Surgem as favelas. Ali, até a atualidade, a sociedade não consegue estabelecer domínio, pois as instituições não possuem valia contra uma imensa comunidade marginal que se aglutina nos grandes centros, com seu próprio ritmo e suas autônomas relações de saber e poder.

Lima Barreto descreve que na redação do jornal *O Globo* “pululam” artigos sobre a necessidade das reformas urbanas e, junto delas, a mudança de costumes do povo da capital. É importante mostrar como a mudança da arquitetura de uma cidade faz com que regras de conduta e comportamento sejam aplicadas a todos. Em determinadas ruas, fica proibida a circulação de pessoas descalças,⁵ que não usem calças, camisas, colarinhos, sapatos, casaca e chapéu, com rigor inglês e um alfaiate francês (SEVECENKO 2004, p. 27). A cidade é, portanto, a própria arquitetura moral de uma sociedade e reflete as contradições e os poderes existentes em seu seio. E os jornais agem como defensores e representantes da cidade. Seja contra ou a favor das decisões estatais, os periódicos têm por referência e objeto diário de pauta a cidade, suas riquezas e mazelas. Como produtores de discursos, não estão alheios ao meio em que noticiam, servindo também como reformadores dos espaços urbanos.

Se o Rio de Janeiro é exemplo, por se tratar da capital federal, as ações de reforma urbana e de segregação entre espaços aceitos e os que não condizem com a civilização atingem a área de planejamento de muitas cidades brasileiras e Ponta Grossa

⁵ O uso de calçados é um símbolo importante de estigma entre escravos e senhores no Brasil. Os escravos não recebem permissão para possuir sapatos, e só podem adquiri-los após suas alforrias - tanto que é comum os senhores darem sapatos aos alforriados em sinal de sua liberdade. Segundo Wissenbach (*apud* SEVECENKO, 2004, p. 52-54), milhares de homens e mulheres adquirem botas e sapatos. O problema é que pés que nunca calçaram uma bota dificilmente aceitam o seu costumeiro aperto. Então, os sapatos são pendurados nas casas, são segurados nas mãos, para que os ex-cativos possam exibir, com orgulho, sua igualdade de direitos com os senhores.

não foge à regra, guardadas as proporções. Ponta Grossa cresce nas duas primeiras décadas do século XX, incentivada pela instalação das ferrovias e pela forte migração e imigração para a região. A cidade torna-se importante entreposto comercial e o seu crescimento demográfico e material se torna pauta de todos os dias. Em 1922, o *Diario dos Campos* faz um comparativo da cidade durante os últimos 15 anos e exalta o progresso e o aumento do número de prédios.

“[...] as suas edificações, outrora, mui dizimadas, hoje apresentam as vistas do forasteiro que nos visita, toda a sua imponencia, dando o aspecto de uma cidade que progride a *vol d’oislau*.[...] Nesta multiplicidade de tantos e tão altos commentimentos é avalanche do progresso é que, Ponta Grossa, possui actualmente mas de 1.000 predios...” Pelas linhas acima vemos que Ponta Grossa em 15 annos triplicou as suas edificações, porque possui hoje mais de 3.000 predios. (O PROGRESSO N.º 6, 1922, p. 1).

Como acompanhante desse processo de desenvolvimento urbano, o *Diario dos Campos* objetiva espaços, mapeando lugares problemáticos, combatendo as chamadas *espeluncas* e *tavernas*, os focos de doenças, as ruas cheias de lama ou pó e, concorrente a isso, planeja lugares desejáveis para uma cidade civilizada, moderna e asseada, com praças, prédios públicos, hospitais, delegacias, água e esgoto nas residências, energia elétrica etc.

A cidade é importante fonte de pauta, pois materializa a convivência de diferentes pessoas em um espaço comum. É na cidade que se trabalha e se vive, faz-se compras e se diverte. E o jornal pontagrossense trabalha para o reforço dessa identidade, estabelece os protocolos de conduta, de disciplina e de organização da cidade, cobra dos poderes públicos efetivas ações de melhoria, é porta-voz das reclamações do povo e, como polícia social, cuida da integridade e do desenvolvimento de Ponta Grossa.

Uma cidade a se combater: lugares marginalizados pelo *Diario dos Campos*

Quem conhece Ponta Grossa sabe quae e quantos são os botequins, tabernas, bordéis e lupanares que deixam de cerrar as suas portas ás horas regulamentares, com

menoscabo pelo socego e pela tranquillidade de publicos. [...] Quem conhece esta cidade sabe a que ponto tem chegado o desaforo dos vagabundos noctivagos a darem tiros de revolver nas principais praças e ruas da cidade; quem a conhece sabe o descuido que reina em grande numero de casas quanto ao deposito de materiaes fecaes e de outros generos nos quintaes e nas fossa.

Polícia Municipal (1912)

Pensões, bares e casas de jogos: antros de vícios a se estirpar

A opção por estudar Ponta Grossa da década de 1910 a meados de 1920 é a de enxergá-la a partir do jornal. Não se garante que todas as referências encontradas no *Diario dos Campos* sejam fidedignas com a cidade retratada. O objetivo, portanto, é perceber como a cidade é construída, objetivada e retratada por seu jornal e quais as impressões que os jornalistas projetam sobre os diferentes espaços urbanos. A divisão por lugares a se combater e projetos a se construir é reforçada pela prática diária do periódico em problematizar e idealizar o espaço coletivo como representante eleito da população para fazê-lo.

A ligação dos espaços urbanos com a moral do povo é constante, trabalhando relato e lugar com a permeabilidade do discurso jornalístico que cumpre a função de atravessar as relações sociais e explicitá-las positiva ou negativamente. Os espaços não dignos da moral e dos bons costumes pregados pelo *Diario dos Campos* e por famílias que reclamam por meio de suas páginas emergem segundo a perspectiva negativa, na forma de espaços degradados, pertencentes a uma categoria vil e não dignos para a cidade.

Os editoriais, textos de destaque, notas e colunas trazem pensões, tabernas e bares como espeluncas, lugares em que as orgias, os vícios, o jogo, a prostituição, as doenças e toda espécie de mazelas se concentram. São lugares a serem evitados pelos trabalhadores e suas famílias, espaços nos quais os frequentadores sofrem a pecha de vagabundos, criminosos e não dignos de viver na cidade. Um desses lugares mais citados é a Pensão Moderna, uma casa de prostitutas na avenida Fernandes Pinheiro, em frente à estação central da ferrovia. São comuns

os relatos de tiroteios, confusões, cantorias até altas horas - ações que, para o jornal, perturbam a ordem pública e o sossego da vizinhança:

Essa madrugada, na Pensão Moderna, estabelecimento prostibular da avenida Fernandes Pinheiro, deu-se um dos costumados conflictos do qual resultou sahir ferido com uma balla na virilha o cidadão de nome João Antunes.

O sr. Comissario de Policia, com muito acerto, vae tomar medidas contra esse estado de cousas que nos envergonha. (NA PENSÃO MODERNA, 1915, p. 1).

A pensão é um lugar de confluência em que prostitutas atraem todo tipo de cliente. Acontecimentos com indivíduos objetivados pelo jornal trazem uma dupla função combativa: combate à pensão, como espaço degradante, e combate ao vagabundo, ao criminoso, às prostitutas. Como no caso do texto a seguir, em que uma confusão entre jogadores de tampinhas ocorre na Pensão Moderna. O jogo, os jogadores e, principalmente, o prostíbulo são objetivados como espaços que merecem a atenção e repressão da polícia. Para corroborar, não é apenas a referida pensão que retira o sossego dos moradores e do jornal. Em “Reclamações do povo” de 12 de julho de 1915, duas desordens acontecem na mesma Fernandes Pinheiro, uma na Pensão Moderna, cujo fechamento os moradores (e o jornal) já solicitaram, e outra no bar de um turco, onde frequentadores ébrios “fazem um grande charivari sobressaltando a vizinhança”:

Para corroborar as nossas justissimas, veridicas, indiscutíveis e indesmentíveis reclamações, que resvalam pelas couraças de indiferença e pouco caso das auctoridades locais como alfinetes pelos costados dos *dread roughs* – hontem houve nada menos de duas alterações da ordem na avenida Fernandes Pinheiro, não só na celeberrima Pensão Moderna, cujo fechamento os moradores daquela avenida já pediram ao sr Comissario de Policia, bem como na bodega pertencente a um turco que mora próximo da estação. Varios bebados e desordeiros ahi fizeram grande charivari sobressaltando a vizinhança. (RECLAMAÇÕES DO POVO, 1915, p. 1).

Como já exposto, não apenas a Pensão Moderna prejudica a ordem pública na Fernandes Pinheiro. Por estar em frente à estação ferroviária, essa rua torna-se o cartão de visitas, o primeiro lugar que o viajante visualiza ao chegar à cidade. O local reúne hotéis designados como “familiares” e casas de

“família” que são, na versão do jornal, prejudicados por causa de “pensões de gente de vida alegre” ali existentes. O jornal trabalha em parceria com esses comerciantes e moradores para a remoção desses “lupanares”:

Vieram a nossa redacção varias pessoas residentes á Avenida Fernandes Pinheiro, pedir-nos solicitar a atenção da Policia, para umas Pensões de gente de “vida alegre” existentes naquella avenida.

Ponderaram os reclamantes que existindo alli varios Hoteis familiares e casas de familias, se vêm seriamente prejudicados, pela falta de respeito e palavriado baixo das mardonas. Desempenhando-nos da incumbência, endereçamos a presente reclamação ao sr. Delegado de Policia. (AVENIDA FERNANDES PINHEIRO, 1917, p. 1).

Além da Pensão Moderna, outras recebem o título de “celebre”. É o caso da Pensão da Bolsa, que inclusive foi alvo de uma matéria especial do *Diario dos Campos*. O referido texto traz nuances da prática da prostituição na cidade, bem como o caráter convergente desse espaço para desclassificados que, expulsos pelas polícias gaúcha e paulista, vêm para Ponta Grossa. O referido estabelecimento também fica na Fernandes Pinheiro.

O mais deprimente espetaculo offerecidos pelos bordeis, que polulam e proliferam á lei da natureza, sem que as autoridades tomem qualquer medida tendante a embarçar-lhe a marcha.

Entre os mais celebres, figura a celebre pensão da Bolsa.

Coito de adventícios, ponto convergente de todos os individuos desclassificados, que aqui chegam azorragados pela policia paulista e riograndense, a pensão da Bolsa offerece o quadro temivel de um covil perigoso, viveiro dos mais asquerosos vicios, dos mais revoltantes crimes. (NOS DOMÍNIOS DO VÍCIO, 1921, p. 1).

Ao que tudo indica, as pensões Moderna e da Bolsa não funcionam nos mesmos anos. Existe registro da primeira até 1917 e da segunda, a partir de 1921. Não apenas essas duas são registradas pelo jornal, mas são as mais citadas. Há textos sobre a Pensão Central e outra, que fica na praça São João. As *pensões* (como são chamados os prostíbulo) são os espaços morais que mais recebem combate. Mas outros espaços, como bares e casas de jogo, também sofrem um processo de demarcação no seio da cidade.

Por exemplo, foi com desapontamento e alegando tristeza que o jornal noticiou a instalação de uma casa de taboagem na mesma Fernandes Pinheiro em 1919. Depreciando o jogo e o incentivo que um ambiente como esse pode exercer sobre os jovens, o *Diario* estabelece o engajamento da casa de jogo como símbolo de toda uma “epidemia moral” que se alastra entre os ponta-grossenses, ameaçando corromper as famílias pelo vício. É a própria materialização geográfica do jogo e de tudo que o jornal combate por causa dele. A campanha de combate começa no mesmo momento em que acontece a identificação do espaço, inclusive com cobrança assídua diante da “ineficiência” da polícia em evitar que um espaço como esse seja aberto no centro da cidade:

Causou-nos a mais profunda tristeza a ostensiva instalação publica, que se vê na Avenida Fernandes Pinheiro, de uma casa de taboagem.

O jogo que tem sido e continua a ser a desgraça de milhares de famílias; que faz com que os homens esqueçam-se completamente de suas obrigações, desd’o santuario do lar domestico, é a estrada certa que vae terminar às galés, quando suas victimas não são arrastadas para as duras enxérgas do hospital!

[...] A casa referida alli está; e será possivel que a policia ainda não tenha tido conhecimento da sua existencia? (O JOGO, 1919, p. 1).

Outros espaços de jogo são fechados, denunciados e noticiados pelo jornal, como os que promovem o jogo do bicho e a víspora (FECHOU, 1923, p. 1). A objetivação desses espaços tomando como argumento de recorrência o trabalhador e a retidão moral de seus atos é forte. Os ambientes que promovem jogos são ameaças para o trabalhador que se almeja. Assim também acontece com os botequins, que reúnem os bêbados habituais, algumas prostitutas e todo um grupo de desocupados. Passar pela frente desses estabelecimentos, segundo o jornal, é desagradável, especialmente nos domingos, quando eles ficam cheios. O *Diario* aponta essa situação ao se referir a dois bares da rua Sete de Setembro, esquina com Dr. Collares, duas das principais vias centrais da cidade:

Temos recebido varias reclamações de moradores da rua Sete de Setembro e tambem de outras pessoas, contra os abusos frequentes de dois botequins existentes entre o ter o trecho do Th. Renascença e rua Dr. Collares.

Verificamos a queixa e achamos justa.

Aquelles botequins são frequentados por ebrios habituaes e estão completamente transformados em antros do vicio, permanecendo ali mulheres da vida facil, rapazes vadios e embriagados.

A passagem por aquelle trecho ao anoitecer é bem desagradável, principalmente aos domingos, dias estes em que os botequins regorgitam de desocupados. (AS ESPELUNCAS, 1922, p. 1).

As chamadas “espeluncas” são lugares que recebem o estigma e o preconceito de não serem dignos de uma cidade. Seus espaços simbolizam regiões de desvio, em que a norma moral não atinge e nos quais o jornal fica sem o respaldo de uma de suas principais atribuições: a de guardião dos bons costumes. Por isso, o enfrentamento desses espaços constitui uma ação instintiva em que as instituições sociais, com o apelo e a ação do jornal, voltam-se para a própria cidade, com o intuito de acabar, expulsar ou regulamentar lugares que fogem ao domínio da normalidade. O princípio, então, torna-se fazer com que esses lugares apareçam, seus costumes falem para o social, para que na própria diferença aconteça um processo de marginalização de espaços geográficos, assim como das pessoas que os frequentam. É importante destacar que, desprovido de moral, é possível perceber uma teia de ações na qual toda uma engrenagem de saber e poder gerencia os diferentes ambientes, objetivando-os e os. O jornalismo se legitima nesse papel.

Focos de miasmas, cloacas, sarjetas e lugares sem higiene

Os avanços na ciência e na medicina, os desenvolvimentos das técnicas hospitalares, com o isolamento das doenças e a vacinação da população, fazem com que cidades de todo o mundo planejem seus espaços urbanos e rediscutam seus problemas sanitários, com serviços de água e esgoto, ruas largas, casas bem divididas, coleta de lixo e trabalho de orientação à população na profilaxia de doenças. A vigilância médica se alia aos governos, assim como aos dispositivos judiciais, com o desenvolvimento de leis que respaldem e da polícia que as faça cumprir, no intuito de impor a nova ordem arquitetônica e higienista das cidades. Isso acontece em Paris, Londres, Nova York, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Os jornais trabalham incentivando o controle sanitário, identificando focos de

miasmas e lugares sem higiene e exigindo a ação dos fiscais das prefeituras para cobrança dos moradores e realizando campanhas pela instalação de água e esgoto, o melhor combate a qualquer doença.

Em Ponta Grossa, essas ideias estão presentes no início de seu desenvolvimento urbano. Ao passo do crescimento demográfico e urbano, os jornais trabalham para a instalação do sistema de água e esgoto e no combate a focos de anti-higiene. Com o *Diario dos Campos* não é diferente. A primeira campanha empreendida pelo jornal, logo nas primeiras edições, é pela higiene pública, em uma série de artigos com o título “Pró Ponta Grossa” (15 ANOS PASSADOS, 1922, p. 1). O objetivo dos artigos é cobrar a fiscalização da prefeitura para que faça cumprir a lei municipal que orienta a todos sobre os procedimentos para limpeza dos terrenos, dos domicílios e das ruas (O PROGRESSO N.º 2: 04 DE MAIO DE 1907, 1922, p. 1). Assim,

Como complemento do Saneamento por meio do abastecimento de água e da rede de exgottos é indispensavel o serviço de fiscalização da hygiene publica e privada, as desinfecções, as remoções de lixo, a inspecção das construcções, emfim todo o serviço de fiscalização domiciliar – commum em todas as cidades grandes. (REIS, 1915c, p. 1).

O jornal empreende algumas técnicas para realizar suas campanhas e cobrar serviços da prefeitura. Abre espaço para toda e qualquer reclamação popular que aponte casos de falta de higiene e fiscaliza as ruas centrais da cidade, denunciando casas que não possuem sistema de esgoto, terrenos que não são limpos, frentes de casas que não são calçadas e, principalmente, poças que se formam nas ruas por falta de esgoto e escoamento de água, e que são chamadas pelo periódico de “focos de miasmas”, poças que propiciam a proliferação de doenças como tifo e febre amarela:

Mandou o sr Prefeito aterrar a poça d’agua que a muita gente incommodou, na rua Dr. Vicente Machado. E da outra póça maior, situada no começo da rua que vae para a estação, ou melhor, situada na Praça Barão do Rio Branco, que é que fazem? Continuará ella, na sua calma assustadora, a augmentar a criação de microbios e a perturbar os olhares dos trausentes com sua agua suja? É o que estamos pensando que aconteça! (A PÓÇA FOI ATERRADA, 1915, p. 1).

O combate a prédios e casas que não cumprem as disposições sanitárias é mais forte. O *Diario dos Campos* publica notícias sobre essas residências, chama a atenção da prefeitura e, em especial, dos moradores. Para o periódico, é inadmissível que em Ponta Grossa, no contexto moderno em que se encontra, moradores ajam contra os princípios de saúde pública mantendo cloacas e cisternas em suas propriedades. Essa situação, na visão do jornal, agrava-se porque a cidade já dispõe de rede de esgoto, bastando aos moradores corrigir suas casas. Diante da situação, o jornal acusa os proprietários de irresponsáveis, porque não pensam na saúde nem da família e nem dos vizinhos. São vários os prédios e casas que mantêm cloacas e cisternas, sem a instalação de esgoto e do fornecimento de água:

Onde, em que terra, em que a idade civilizada vemos em como ainda, infelizmente na nossa, em que existe regular serviço e agua e exgotto, predios e mais predios, no perimetro central, ainda servem de cisternas e cloacas, tão prejudicial a saude publica. Unicamente em Ponta Grosa por não se ter até hoje posto em execussão a lei n.º 389 de 24 de setembro de 1914 (art. 30 etc;) pois so por um determinismo anachronico ou avareza repugnante, poderá alguem, para não gastar uns mil réis, fugir ao cumprimento da lei que rege o assumpto, prejudicando assim à sua saude a da vizinhança e a saude, de uma população inteira. (INSTALAÇÕES DOMICILIARES, 1917, p. 1).

Se fossem apenas os problemas que causam dentro de seus terrenos, talvez o jornal não empreendesse tão duras críticas contra os moradores. O holofote do *Diario* se dirige em maior intensidade aos imóveis com esgoto lançado em vias públicas, resultando na formação de sarjetas de cheiro desagradável, possíveis focos de doenças. O periódico lança ainda sua cobrança ao prefeito, para que tome providências para a aplicação da lei de higiene domiciliar e assim trabalhe na prevenção de uma epidemia na cidade:

Quem tiver a pouca sorte de ser obrigado a passar pela rua Marechal Deodoro, no trecho compreendido entre as ruas Sete de Setembro e Paraná, não está livre de ganhar uma indigna e dar com os costados na cama. É que ahi existe uma sargeta que recebe as aguas servidas de um dos predios, que seja dito de passagem, não possuie ainda instalação de agua e esgotto, sargeta cheia de detricos

e agua de sabão, ficam estagnados e infiltram no solo, despreendendo horrivel cheiro e infeccionando o ambiente com taes emanação pestilentas. (SARGETA PESTILENTA, 1917, p. 1).

O jornal também recebe denúncias sobre domicílios do centro da cidade, próximos à estação ferroviária, que possuem chiqueiros para a engorda de suínos. As leis municipais não permitem essa prática na área urbana, que dirá no Centro. A situação irrita o jornalista do *Diario dos Campos* porque os fiscais da prefeitura não tomam providências para que o problema acabe. Para o *Diario*, os fiscais fazem “vista grossa” e ficaria para o jornal a responsabilidade de localizar e divulgar os lugares perigosos da cidade:

Tivemos denuncia que em numerosos pontos centraes da cidade criam-se porcos com a maior sem cerimonia desta vida. Grande numero de quintaes de casas sitas nas ruas mais importantes, têm chiqueiros para a engorda de suínos. Isso, positivamente, é um abuso sem nome, mormente agora, nas proximidades da estação calmosa. Mas afinal, que farão os snrs fiscaes da Prefeitura? Todo o santo dia noticiamos um abuso, uma irregularidade sobre que faz vista grossa a fiscalização em detrimento da saude publica. (QUE IRREGULARIDADE! 1922, p. 1).

Se os problemas com os domicílios são visados pelo *Diario dos Campos*, os lugares de falta de higiene não se restringem aos problemas de esgoto. Existem problemas com a limpeza pública, recolhimento de lixo e de detritos que se depositam nas ruas. Lugares importantes como a rua Balduino Taques e a praça São João são mostrados como regiões abandonadas, nas quais a prefeitura e os fiscais de higiene não tomam providências:

Está completamente transformada em deposito de lixo a Praça São João.

Ha dias que ali permanecem montes de immundices, galinhas mortas, exalando máo cheiro e levadas áquella praça pela limpessa publica.

A rua Balduino Taques, tambem, está atirada ao abandono, em diversas esquinas aves mortas e nas calçadas caixões de lixo coberto de mosquito.

Será methodo de hygiene?

Compete aos nossos fiscaes sanear esses abusos. (QUEM SERA O CULPADO?, 1921, p. 1).

O papel do jornal em apontar os problemas higiênicos locais responde a um anseio por constituir

uma cidade livre de doenças, civilizada e moderna. É possível verificar todo um trabalho acumulativo no qual emerge, junto com as pautas diárias, o discurso do papel do jornalismo como serviço público, guarda dos interesses e da saúde do povo. Junto dessa predisposição, o trabalho assíduo por constituir um referencial de cidade que, na contraposição com os problemas levantados, assume o papel de contexto argumentativo e princípio a ser alcançado:

Já de anos – não é de dias – que esta folha, e o seu jornalista, vem rigorosamente, cumprindo o dever de velar, cuidadosa e incessantemente pelo maior patrimonio do Povo que é a saude.

[...] O lixo amontoa-se nos quintaes, as fôssas de dejectos não são, nunca foram convenientemente desinfectadas; ha casas, muitas casas, condemnadas, sem ar, sem luz, sem um perineabilidade do sub-solo, cousas estas enfim, de difficil observação, numa cidade tão nova, como a nossa, porem, e isto é observavel, sem as rigorosas condicções internas de acceio, com mãos de cal que matem os microbios de molestias contagiosas passadas nas paredes e compartimentos internos, principalmente após estes terem sido habitados por tuberculosos, pessoas atacadas de varicella, typho, escarlatina, croup e outras perigosissimas molestias contagiosas.

Nessa cidade é aberta, livremente, ao transito, nella penetrando individuos suspeitos de portadores de molestias infecciosas, sem a menor inspecção.

Os açougues, as quitandas, o leite, os demais generos offerecidos ao consumo não são devidamente examinados. (HYGIENE, 1915, p. 1).

O discurso higienista, aliado aos avanços da medicina, permeia um momento de transformações para o país, especificamente pelo aumento gradativo do controle sobre as doenças e o consequente aumento da expectativa de vida. Mas, de maneira mais drástica, os princípios da higiene domiciliar e das vias públicas, e a própria higiene pessoal, transformam os costumes da população brasileira, interferindo na comercialização de produtos e incutindo um novo ritmo para as cidades. Ponta Grossa se desenvolve exatamente nesse período, juntamente com o surgimento do *Progresso* e suas primeiras campanhas pela higiene pública. Um país que busca a civilização, uma cidade que cresce almejando a modernidade e um jornal que, como agente público, mobiliza suas forças para que essas ideias tomem materialidade. O combate pela higiene é vital para

que a cidade e o país não exponham suas fragilidades no princípio fundamental das sociedades modernas: a saúde do povo. É esse princípio um dos principais divisores entre os países civilizados e os não civilizados. É nele que o *Diario* acredita, trabalhando para que Ponta Grossa esteja entre os civilizados.

Bairro Corrientes: o “Arizona ponta-grossense”

O *Diario dos Campos*, no papel de noticiar as ocorrências, direciona seu holofote para regiões da cidade, caracterizando-as. Esse modo de relatar do jornal possibilita que se conheçam peculiaridades de lugares do Centro e demais espaços da cidade. As ruas centrais e os arredores da estação ferroviária são visados, com campanhas pela moralidade, asseio e tranquilidade. Contudo, um bairro chama a atenção de quem estuda o jornal: Corrientes.

O chamado bairro Corrientes localiza-se muito próximo à região central da época.⁶ Fica a cinco quadras do Centro e concentra a pobreza da cidade. Para o jornal, seria o lugar em que vivem as prostitutas, os jogadores, os mendigos e os pobres; o espaço em que a criminalidade impera e as ocorrências policiais proliferam. Similar ao que Marocco (2004, p. 95) aponta nos jornais de Porto Alegre, o *Diario dos Campos* apresenta a região como um lugar a ser evitado, um território hostil bem marcado e localizado na geografia da cidade. O jornal, pela proximidade do bairro com o Centro e pelo grande número de moradores, faz campanhas pela moralização e a aplicação da ordem na região. É comum encontrar no periódico o trabalho da polícia para coibir a violência da região. Quando um repórter do jornal se dirige para ao bairro com o objetivo de entrevistar um monge, é indispensável a caracterização do Corrientes como prelúdio do texto:

[...] lá para as bandas de Corrientes, o famoso bairro dos disturbios, das patuscadas e dos tiroteos, que agora está melhorando um pouco e ficando habitavel devido á longa campanha que o *Diario dos Campos* fez contra os desordeiros de accordo com o honrado ex-commissario Bento de Quadros. (UM “MONGE” DOS LEGÍTIMOS..., 1915, p. 1).

O jornal nomeia o bairro como “Arizona ponta-grossense”, em uma alusão aos filmes de faroeste. Nota-se que, ao citar o bairro, geralmente o jornal traz uma consideração sobre a criminalidade, as confusões e os problemas que o envolvem. Noticiar um crime qualquer na Nova Rússia, na Ronda ou em uma rua central é bem diferente de relatar um crime realizado no Corrientes. A argumentação é fatalista, visto que o crime acontece não só porque pessoas o cometeram, mas também como influência do bairro em que elas vivem. O meio interfere diretamente no crime e, com evidência, no relato do *Diario dos Campos*:

Antehontem, em pleno aguaceiro, os guardas de segurança publica apresentaram á Delegacia, nada menos de 3 casaes de “gaforinhas” por causa de certas bellezas com que costumam abismar a ordem social. Foram todos arrefecer os animos exaltados no palacete da Praça Municipal, para depois voltarem aos seus penates no Arizona pontagrossense – os Corrientes. (PELA POLICIA, 1921, p. 1).

O bairro é perigoso, sendo o local em que os próprios moradores estabelecem o que é certo do que é errado. A predisposição do jornal em classificar negativamente o Corrientes recebe reforço argumentativo quando os moradores não reconhecem as autoridades e a ordem estabelecida. E ainda o bairro é muito próximo do centro da cidade, o que torna sua correção necessária para que seus maus exemplos não avancem para a região civilizada, de ruas onde as “famílias de bem” habitam:

O famoso bairro da cidade, o celebre Corrientes, tem ultimamente voltado ás desordens e charivariz. Ainda na tarde de domingo, o activo inspector de quarteirão Ignacio Modesto da Silva, foi provocado acintosamente pelo calabrez Antonio Ferraro, que de revolver em punho tentou agredir aquella autoridade. (ENCRENCAS NAS CORRIENTES, 1922, p. 2).

Se Ponta Grossa possui um ritmo de civilização, de progresso, voltado para a consolidação da higiene, das leis e dos valores comerciais (como o jornal faz questão de exaltar várias vezes), o bairro Corrientes é o avesso dessa disposição. A segregação de bairros pobres, com engenharia debilitada e concentração de indivíduos classificados como inaptos para o trabalho, necessitados de correção e redirecionamento social, faz com que a prática do jornal se

⁶ Atualmente, a localização do bairro Corrientes corresponde à região central da cidade. Os limites partem da rua Julia Wanderley até a região da universidade e da rua Sete de Setembro até a região do Mercado Municipal.

volte para a construção de uma geografia que incite os indivíduos ao trabalho e à moralidade. O *Diario*, nesse sentido, estabelece a necessidade das instituições sociais como a polícia e o hospital entrarem nesses espaços e estabelecerem diretrizes de ordem e de higiene. Os aspectos de criminalidade, a falta de higiene, o desrespeito à ordem estabelecida, a construção de casas que não condizem com os padrões reformadores da época e a proximidade do Centro determinam uma vigilância constante sobre Corrientes e os seus moradores. Uma região iluminada, por meio de campanhas e comentários, pelo holofote da imprensa para que as instituições sociais e os governos não percam de vista a sua correção.

Uma cidade a se construir: planejamento de espaços para uma Ponta Grossa moderna

Mas, si amanhã a lama e o pó das ruas desaparecerem com o calçamento, a falta de conforto rudimentar e a possibilidade daqui se estabelecerem as epidemias e endemias, forem resolvidas com o saneamento da cidade, e que é o serviço perfeito de canalização de águas e esgotos, o aspecto feio de quase totalidade de nossas ruas, umas até sem sarjetas, outras com passeios calçados *systema pé de moleque*, outras onde ainda se deparam terrenos cercados com ripas ou totalmente abertos transformando-se tudo isso em *systema uniforme* de calçamento de passeios, com as valetas sempre limpas, expurgadas de matto, terras e pedras, desinterrando certos trechos de ruas calçadas que nunca foram varridas e obrigando ao proprietário a murarem os seus terrenos, rebocarem as suas casas e calçarem os seus passeios de acordo com o nível e padrão dados pela Prefeitura, então podemos dizer que somos uma cidade na verdadeira acepção da palavra.

O Novo Governo Municipal

As reformas de prédios: arquitetura e imponência de uma cidade que comunica

A arquitetura, as casas e os prédios de uma cidade contam muito sobre a preocupação do seu povo com o espaço onde vive. Seja por meio de

uma fachada, na disposição de um prédio, na situação precária que se encontra ou na confluência aparentemente desorganizada de sua disposição, as residências, os comércios, as casas de espetáculos comunicam pelo espaço em que se encontram. As primeiras impressões sobre uma cidade são dadas pelo aspecto urbanístico e pela quantidade de seus prédios. O modo de conceber o espaço é o modo como o homem dialoga com a natureza.

A cidade e seus prédios, portanto, são índices para inúmeros ritos sociais – seja pela característica da colonização católica em fundar cidades com uma igreja, uma praça em frente – popularmente denominada *praça da matriz* – e a cidade surgir em seu entorno, como no caso de Ponta Grossa, até nas divisões por bairros ricos e pobres, nos conceitos oriundos das campanhas higienistas (ruas largas, esgotos), nas relações de propriedade, nas concepções político-econômicas etc. Assim, as construções de um bairro pobre distinguem-se de um rico, uma cidade moderna da colonial, uma região de progresso de outra de decadência. Os aspectos de uma cidade, portanto, são importantes para qualquer comunidade.

Evidência maior para uma cidade com tantas reformas, projetos de embelezamento e preocupação com a imagem diante dos forasteiros, o jornal é protagonista desse engajamento e da formação de um sentimento de prosperidade alicerçado pela pujança e quantidade dos prédios, pela qualidade dos domicílios e pelo planejamento arquitetônico, como um todo, da cidade. A imprensa, como propugnadora da imagem do país e da cidade que noticia, preocupa-se em demasia com a visualidade da cidade. É assim com o *Diario dos Campos* e sua relação com a arquitetura e os prédios públicos de Ponta Grossa. A objetivação da cidade passa pelo planejamento dos espaços urbanos, o elogio dos prédios bonitos e dos desenvolvimentos urbanos, e a localização e a crítica assaz de construções de engenharia duvidosa, prédios de feio aspecto ou as denominadas “ruínas”, casas em processo de desabamento.

O *Diario dos Campos* dá visibilidade aos prédios que ficam no Centro, área que determina as impressões de desenvolvimento da cidade. Muitos prédios centrais possuem problemas na visão do jornal. São as chamadas “ruínas indecentes”, residências sem esgoto ou água e construções de aspecto sujo

e velho que “depõem contra os foros de progresso material da cidade”:

O sr. Prefeito precisa aplicar as posturas municipais, relativamente a ruínas indecentes que se alardem em ruas centrais, causando uma péssima impressão a quem quer que nos visite e depondo contra os nossos foros de progresso material.

Alguns artigos de propaganda do *Diario dos Campos* são vergonhosamente batidos, por esses espantelhos da estética e da riqueza pública.

[...] De todas essas ruínas famosas e mil vezes comentadas pela cidade em peso, de cujas justas reclamações nos fazemos eco, a mais impressionante é a tal casa velha.

Na entrada principal da cidade, só serve para nos desmoralizar. (CASEBRES DA CIDADE, 1915, p. 1).

O periódico cobra dos poderes competentes uma tomada de atitude para multar os donos de prédios mal conservados. A fiscalização da prefeitura, responsável pela verificação do estado dos domicílios, não age sequer no Centro. Na visão do jornal, existe por parte do Executivo municipal complacência e favorecimento nessas fiscalizações. Com a função de governar relegada à imprensa, o planejamento e a fiscalização do *Diario dos Campos* tomam a função de localizar, classificar e cobrar posturas dos moradores, função esta que deveria ser da prefeitura e dos fiscais por ela designados. A imagem de uma cidade do progresso impulsiona o jornal para uma intervenção direta no cotidiano, produzindo artigos, notas e colunas que, na função acumulativa de naturalizar os discursos, acaba incitando as pessoas a utilizarem o espaço do periódico para denunciar as circunstâncias de risco:

Á rua Marechal Deodoro, esquina da Augusto Ribas, existe uma casa que ameaça desabar. Parte do prédio já caiu, estando a parede lateral fora de nível. É um perigo. A rua naquele ponto é muito transitada e a Prefeitura deve tomar serias providências afim de evitar algum desastre de consequências lastimáveis.

A casa nem deve ser mais habitada porque seu estado ruinoso é patente e oferece grave risco aos moradores. (PERIGO PUBLICO, 1923, p. 1).

Entre as reformas ou a construção de prédios novos, três lugares públicos merecem destaque: o paço municipal, o fórum e a cadeia pública. A construção de um novo prédio para abrigar o Executivo

municipal está presente nas páginas do *Diario dos Campos* de 1922. O fórum apresenta sérios problemas de higiene, sem rede de esgoto, depondo contra uma das principais instituições sociais - e, contraditoriamente, justo aquela que julga os casos de falta de higiene. Já o prédio da cadeia pública é retratado por um repórter: o assoalho foi arrancado, as paredes foram danificadas e a construção não possui muros que a circundem, disso resultando uma propensão para fugas (UMA VISITA Á CADEIA, 1916, p. 1).

O texto a seguir traz uma série de elogios e também de críticas à cidade de Ponta Grossa, mostrando a ação do jornal em relação ao planejamento dos seus espaços e a objetivação do olhar do viajante. Apesar de mostrar que o Centro possui uma boa arquitetura, um povo moderno e civilizado, existe a falta de higiene, a falta de um mercado municipal, sendo denunciada a precariedade dos prédios da cadeia pública e do fórum:

O viajante espera encontrar uma cidade rústica, camponesa, ainda em embrião, e aos seus olhos assoma, a urbe moderna, civilizada, habitada por um povo inteligente, trabalhador e ordeiro, os prédios de boa arquitetura multiplicando-se a olhos vistos; o comércio activo e volumoso; as indústrias prosperas, a natureza farta, exuberante e bella. A admiração surge franca em exclamações encomiásticas. Um ponto, porém, entrava o entusiasmo do visitante.

- Tão movimentada, tão bella, tão cheia de vida propria, e tão maltratada...

Porque não varrem estas ruas? Porque não tem a cidade um passeio, um ponto de recreio para a população? Porque não tem mercado? Porque não tem hygiene? Porque o Fórum e a cadeia pública funcionam em prédio ruinoso, cahindo aos pedaços? (O NOSSO PROGRESSO, 1922, p. 1).

A região central é o espaço de maior visibilidade no jornal. É nela que os ideais de nacionalismo, de imponência, de beleza estão impressas. Prédios que não condizem com a cidade projetada pelo jornal, sem representar o progresso, o avanço moral e o bom gosto, são localizados e combatidos. A arquitetura dos domicílios conta muito sobre o que uma cidade é e o que ela pretende. Se são poucas as construções da época que sobrevivem até os dias atuais, os jornais do passado podem indicar as concepções sobre as construções públicas e a sua importância para transmitir ideias e a perspectiva de progresso.

A luta contra o pó e a lama: a necessidade de calçamento das ruas

Quando chove, a lama. Quando esquenta, o pó. Essa é a rotina dos moradores de Ponta Grossa na década de 1910. Conforme relato do viajante Paul Walle, enviado especial do ministro do comércio francês ao Paraná, Ponta Grossa está assentada sobre um morro de 947 metros de altitude, topografia que faz a cidade ser “varrida pelos ventos reinantes que levantam nuvens de pó tanto mais quando as suas ruas, largas e bem traçadas em ângulo reto, na maior parte não são calçadas” (NOTAS DE MR. PAUL WALLE..., 1912, p. 1). A falta de calçamento atinge praticamente todas as ruas de Ponta Grossa no ano de 1910. Isso é provado pelas reclamações populares, pelas campanhas empreendidas pelo jornal em conjunto com os moradores de determinadas ruas e pelos calçamentos feitos pela prefeitura e relatados nas edições. A falta de calçamento é bem ilustrada pela “Chroniqueta”, uma coluna que por curto período trouxe notas do cotidiano da cidade. O lamaçal em que se transformam as ruas da cidade em dias de chuva, segundo o jornal, é de “assustar”:

Maldito tempo. – Maldito tempo, sim. Já não faz frio mas por ahi vai um horroroso lamaçal de assustar a gente.

Com isso todos sabem em que se transforma e que aspecto pavoroso toma nossa cidade. Afinal o que devemos é suportar todo esse mal até que as cousas melhorem. É’ pavoroso mas paciência [...]. (CHRONIQUETA, 1912, p. 1).

O jornal se estabelece como representante dos moradores e divulgador dos prejuízos e problemas que a falta de calçamento ocasiona aos ponta-grossenses e aos viajantes que passam por aqui. Exemplo dessas campanhas pelo calçamento das principais vias são as constantes manifestações do periódico sobre o estado da via de acesso à estação ferroviária. Primeiramente, o pátio da estação é transformado em um verdadeiro lamaçal em dias de chuva, o que prejudica o carregamento e descarregamento de cargas, encalha os carros e suja os passageiros que embarcam ou desembarcam dos trens, causando, segundo o jornal, uma péssima impressão da cidade. Essa lama no pátio da estação se estende pela rua de acesso, a Coronel Cláudio, movimentada por cargas e carros, com um grande número de residências e alguns comércios, sujando todas as paredes dos prédios:

Faz pena ver as casas novas, ou que foram pintadas de novo desta rua, todas enxovalhadas pelas placas e borrifos de lama das numerosas carroças que por alli transitam em demanda da estação. (RUA CORONEL CLÁUDIO, 1921, p. 1).

Quando a iniciativa pelo calçamento parte dos próprios moradores, o jornal elogia acintosamente, exaltando o patriotismo do povo ponta-grossense. É o caso da campanha levantada pelos moradores da rua Vicente Machado por meio de um abaixo-assinado noticiado pelo *Diario*. O pedido é para que a prefeitura realize o melhoramento e repasse a conta para os próprios moradores pagarem a prestações. O jornal inclusive dá dicas para a prefeitura de como atender à solicitação dos moradores sem causar prejuízos a contratos antigos:

Continua a receber muitas assignaturas o abaixo assignado feito pelos proprietarios e moradores da importantissima via publica pontagrossense, afim de que a nossa edilidade effectue o calçamento dalli. Sendo esse calçamento pago ás prestações pelos mesmos e referidos proprietarios força é admitir que o mesmo melhoramento seja, enfim, levado a cabo. A compensação publica esta na higiene e na esthetica da cidade. Alem de que acabar com uma grande fabrica de pó, qual é a rua Vicente Machado, já é uma verdadeira obra de patriotismo pontagrossense. (O CALÇAMENTO, 1915, p. 1).

A cidade do pó e da lama precisa morrer para haver o renascimento de vias calçadas, com carros, pedestres e propriedades em harmonia. Mover o “feio defeito” da cidade é resultado de um trabalho aglutinador promovido pelo jornal e que envolve ainda a prefeitura e os moradores. Vias sem asfalto causam prejuízos e prejudicam a imagem da cidade que o periódico constrói e que serve como argumento de recorrência para justificar seus discursos.

Praças e jardins e o embelezamento da cidade

As campanhas do jornal por prédios que representem a força e a harmonia da cidade, bem como o calçamento das suas vias públicas, confluem para o seu processo de embelezamento. Entretanto, nenhum espaço é tão visível e ao mesmo tempo tão importante que a combinação de natureza e urbanidade - a natureza, no caso usada para a disposição urbana, para um efeito estético, uma suavização do cinza

das cidades. As praças e os jardins são lugares de descontração, encontro com a natureza e, ao mesmo tempo, espaços públicos em que pessoas se encontram, conversam e se conhecem.

Os centros urbanos precisam reforçar um sentido de estética que represente os ideais, os pensamentos, os símbolos, os heróis de uma nação ou de uma cidade. A própria cidade, em sua constituição civilizatória, conta sua história a partir de suas praças e seus monumentos. É na praça que muitos dos atos públicos acontecem. Nela as comemorações ganham aspectos populares, as manifestações populares encontram espaço. É ali que os moradores fazem seus passeios de domingo, as crianças vão brincar no parque e os pais vão ver uma fonte ou apreciar o movimento. Já os jardins representam a pujança natural, o sentido de preservação das plantas nativas e da existência de um jardim botânico, o espaço de estudo de cientistas sobre a natureza do país e da região. Ajudar a praça torna-a mais aprazível aos frequentadores habituais e também aos visitantes. São os espaços públicos os responsáveis por aglutinar os moradores de diferentes regiões, camadas sociais e ideais.

Como representante dos interesses públicos, o jornal intervém na manutenção e na construção de espaços de convivência que permitem à cidade encontrar-se. Além disso, pelo valor estético das praças e jardins, a imprensa trabalha na divulgação do bem que esses ambientes trazem para a cidade, a boa impressão que causam nos viajantes e certo “orgulho” das pessoas que moram ali. Assim como os prédios e as ruas calçadas demonstram a civilidade de um lugar, as praças, jardins e melhoramentos estéticos demonstram o bom gosto e a sintonia com os valores da modernidade.

O *Diário dos Campos* cobra a prefeitura pela melhoria e a ampliação das praças e ambientes de circulação pública. A ela cabe a tarefa de embelezar a cidade, além das melhorias já discutidas, como a implantação da rede de saneamento básico, o calçamento das vias públicas e a fiscalização dos prédios públicos. Na edição de 27 de abril de 1921, o jornal traz em seu editorial uma forte crítica à prefeitura, que arrecada muitos impostos na cidade, mas não trabalha por seu embelezamento: “Não possui um logradouro publico; não tem uma praça ajardinada; não sabe o que seja um mercado... Só tem ciência

dos impostos, só sabe que a receita que produz evapora-se de ano em ano com singular regularidade.” (EMBELEZAMENTO DA CIDADE, 1921, p. 1) Contudo, quando a prefeitura empreende o ajardinamento da praça Floriano Peixoto, o jornal não deixa de elogiar a obra:

Finalmente a nossa prefeitura, resolveu-se, afinal, ajardinar a praça Floriano. Constitue esse melhoramento uma das reclamações incessantes da nossa população, e portanto, o Sr. Prefeito, realizando essa antiga e geral aspiração o fará jus também aos geraes e unisonos applausos do povo pontagrossense. (O JARDIM, 1921, p. 1).

Assim como a cobrança por obras de interesse popular, estão presentes no jornal sugestões de espaços públicos que enalteçam a cidade. Como a proposta de um colaborador assíduo do jornal que discute a possibilidade de implantar um horto botânico e floral em Ponta Grossa. Esse horto, nas palavras do colaborador, teria a função de fornecer mudas para o replantio de florestas e o ajardinamento e a arborização da cidade. Enaltece ainda o papel de um horto na conservação de espécies nativas de árvores e plantas que desaparecem no período e a possibilidade de Ponta Grossa se tornar um polo de estudos para botânicos e cientistas de todo o Paraná:

Entre os meus grandes desejos sempre estive de ver um horto botânico e floral instalado cuidadosamente em um dos pontos mais pittorescos de P. Grossa. Esta cidade, cujo clima rivalisa com os melhores e mais famosos do mundo, está em condições de possuir já o seu jardim botânico... Não é um sonho, exótico. Ha cidades menores, mais feias e menos ricas que sustentam o seu parque de plantas e flores. Portanto nada mais racional nem mais facil, é só a prefeitura ajudar, ter bôa vontade, concorrer com o seu esforço. Mas para que um jardim botânico, perguntará o leitor, si ha outros problemas mais serios e importantes a tratar? [...] Pode prestar bons serviços esse parque de arvores ensaiando o plantio de culturas, com o objectivo de as diffundir, até pelo resto do paiz, sendo uma escola pratica de agricultura, com as suas collecções das suas principaes plantas favoraveis ao cultivo, alimenticias, forrageiras e industriaes? Sim, com toda a certeza! (BALLÃO JUNIOR, 1921, p. 1).

As propostas para o embelezamento da cidade vêm seguidas de orientações e campanhas pelo engajamento dos moradores na manutenção das

praças, pequenos jardins e ambientes públicos da cidade. Por isso, o *Diario* convida o povo para fiscalizar as arborizações e cuidar para que “retrogrados” não destruam os benefícios conquistados junto à prefeitura. O convite ao povo para participar da manutenção de espaços públicos é também transformado em cobrança quando o periódico solicita a obrigação da manutenção de calçadas e passeios públicos em frente dos domicílios por parte dos proprietários:

Juntamente com o calçamento, nivelamento, arborização de diversas ruas, deverião não descurar de obrigarem a muitos proprietarios, que usufruindo de tão rendosos alugueis, para regularizarem os passeios das frentes de suas propriedades, sendo que muitas destas ficam encravados no coração da cidade, emprestando-lhe um aspecto máo, sendo até uma terrível armadilha para trausentes descuidados... (AQUI E ALLI, 1910, p. 1).

Cobrar a participação e a responsabilidade dos moradores para o processo de embelezamento da cidade é uma forma de legitimar o discurso do jornal sobre a necessidade de um planejamento estético da cidade como marca de progresso material e intelectual. Belas praças, jardins e passeios públicos representam a urbanidade e o avanço da cidade diante de um Estado de poucos centros urbanos e muitas florestas. Ponta Grossa quer se constituir um oásis da civilização de ideias europeias no interior do Brasil. O trabalho do *Diario dos Campos* se volta para a objetivação da cidade para transformá-la em uma referência. É essa cidade que se almeja, é por ela que se combate, critica, elogia e noticia.

Conclusão

Conforme Steinberger, a matéria-prima da história e do jornalismo é perceber “como as pessoas de certa época recortam e julgam os fatos de uma maneira própria, diferentemente de outras épocas e espaços” (STEINBERGER, 2005, p 92). Essa maneira também reflete as segregações nos espaços urbanos. Uma região assinalada pelo jornal com o estigma da criminalidade como prostíbulos, bares, casas de jogos. Bairros em que a pobreza e a criminalidade imperam em oposição a uma cidade moderna e civilizada. Focos de miasmas, cloacas e falta de higiene em imóveis do Centro. Costumes e situações que o jornal trabalha para transformar, cobrando

ações da polícia, da prefeitura, dos agentes sanitários e planejando espaços ajardinados, ruas calçadas e belos prédios que possam dotar a cidade de uma imponente urbanística da qual os ponta-grossenses e o jornal pudessem se orgulhar.

O jornal combate essas situações para transformar as pessoas e construir uma cidade considerada moderna e ideal. De certa forma, esse trabalho conjunto de instituições, governo e jornais surte efeito. Boa parte da população passa a estudar, trabalhar e progredir. Mas as pessoas a serem combatidas e os lugares a serem objetivados persistem até os dias de hoje.

As prostitutas vão sempre existir, assim como mendigos, pobres, jogadores e vagabundos sempre aparecerão. A intenção, aparentemente, não é que esses elementos desapareçam. Eles são importantes como “acontecimentos exemplares” capazes de distinguir o certo do errado, o lícito do ilícito, o permitido do inaceitável. A intenção é muito mais criar mundos autônomos, com regras próprias e sem o contato com a sociedade civilizada. Marginalizar. Porque o uniforme ideal é dado a todos que aceitam os jogos da sociedade. Não é possível misturar aqueles que não aceitam os protocolos mínimos para estar na sociedade. Misturar é um perigo. É preciso isolar. Eles podem existir - só não podem ser vistos e aceitos dentro dos limites da sociedade moral e ética. Esse é o papel das instituições e da imprensa no século XIX e início do século XX, reverberando, de certa forma, até os dias atuais.

Referências

- BRAGA, José Luiz. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de produtos Culturais. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 5. GT Compreensão e Experiência. São Paulo: ECA/USP, 1996. **Anais... Compós**, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GOMES, Mayra R. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.

- LIMA BARRETO. **Memórias do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em: <www.bn.br>. Acesso em: 03 ago. 2005.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.). **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- STEINBERGER, Margarethe B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latinas** São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2005.
- VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1980.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- _____. **Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- WOITOWICZ, Karina J. **Imagem contestada: a construção da história nos discursos mediáticos da Guerra do Contestado**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2002.
- Jornais citados**
- 15 ANOS PASSADOS. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 27 abr. 1922.
- A PÓÇA FOI ATERRADA... e os microbios? **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 14 ago. 1915.
- AQUI E ALLI. **Progresso**. Ponta Grossa, 01 dez. 1910.
- AS ESPELUNCAS. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 07 fev. 1922.
- AVENIDA FERNANDES PINHEIRO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 22 out. 1917.
- BALLÃO JÚNIOR, Jayme. Os grandes problemas de Ponta Grossa. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 21 mar. 1921.
- CASEBRES DA CIDADE. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 08 jul. 1915.
- CHRONIQUETA. **O Progresso**, Ponta Grossa, 19 out. 1912.
- EMBELLEZAMENTO DA CIDADE. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 27 set. 1921.
- ENCRENCAS NAS CORRIENTES. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 14 fev. 1922.
- FALTA DE ASSEIO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 04 jan. 1922.
- FECHOU. **Diario dos Campos**. 27 abr. 1923.
- FÒCO PERIGOSO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 20 out. 1917.
- HYGIENE. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 12 nov. 1915.
- INSTALAÇÕES DOMICILIARES. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 19 out. 1917.
- JOGO DO BICHO. Ponta Grossa: **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 27 set. 1917.
- NA PENSÃO MODERNA. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 21 jul. 1915.
- NOS DOMINIOS DO VICIO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 16 nov. 1921.
- NOTAS DE MR. PAUL WALLE, conselheiro da Camara do Comercio de Paris. **O Progresso**. Ponta Grossa, 30 nov. 1912.
- O CALÇAMENTO DA RUA. MACHADO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 19 nov. 1915.
- O JARDIM. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 12 jul. 1921.
- O JOGO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 09 set. 1919.
- O NOSSO PROGRESSO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 09 ago. 1922.
- O NOVO GOVERNO MUNICIPAL. **O Progresso**. Ponta Grossa, 14 set. 1912.
- O PROGRESSO N. 2: 04 DE MAIO DE 1907. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 02 maio 1922.
- O PROGRESSO N. 6: 01 DE JUNHO DE 1907. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 19 jun. 1922.
- PELA POLICIA. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 03 fev. 1921.
- PERIGO PUBLICO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 17 fev. 1923.
- POLÍCIA MUNICIPAL. **O Progresso**. Ponta Grossa, 04 abr. 1912.
- QUE IRREGULARIDADE! **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 20 out. 1922.
- QUEM SERA O CULPADO? **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 24 dez. 1921.
- RECLAMAÇÕES DO POVO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 12 jul. 1915.
- REIS, Hugo. Higiene publica. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 22 nov. 1915c.
- RUA CEL CLÁUDIO. **Diario dos Campos**. Ponta Grossa, 28 jun. 1921.

SARGETA PESTILENTA. **Diario dos Campos.**, Ponta Grossa, 19 out. 1917.

UM “MONGE” DOS LEGÍTIMOS visita a Princesa dos Campos. **Diario dos Campos.** Ponta Grossa, 22 out. 1915.

UMA VISITA Á CADEIA. **Diario dos Campos.** Ponta Grossa, 14 mar. 1916.